

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em doze de maio de dois mil e vinte e três, às 08h30, por meio de ferramenta virtual “on line” Google Meet – link: <https://meet.google.com/nmp-pfyz-own?authuser=0&hs=122> que contou com a participação de conselheiros e ouvintes, conforme registro no livro de presença nº 06, às folhas 74 frente e verso. Justificaram a ausência os(as) conselheiros(as): Alessandra de Araújo Citelli – Titular; Marco Antônio dos Santos – Titular; Virginia Conde Velotti – Suplente e Wagner Roberto da Silva – Titular. A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva agradece pela presença e participação de todos. Declara aberta a reunião fazendo a leitura da pauta que foi enviada por e-mail a todos os Conselheiros: **01 –Deliberações: 1.1** –Aprovação da ata da Reunião Extraordinária de 28 de abril de 2023; **1.2** - Renovação de Registro – Associação Socioeducacional Casa da Fonte; **1.3** – Deliberação de aporte financeiro para projeto da UGE – Unidade de Gestão de Educação; **1.4** – Recomposição da mesa diretora do CMDCA; **1.5** – Abertura de ações para as OSC’s – Tema: Combate à violência (ações no território); **2** – Apresentação do Plano Municipal da Juventude; **3** – Apresentação Dados Conselhos Tutelares; **4** – Eleições Conselheiros Tutelares 2023; **5** – Evento “18 de Maio” e **6** – Informes Gerais. A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva explica que a ata foi encaminhada junto com a pauta por e-mail para conhecimento e leitura, sendo assim, questionados os conselheiros participantes sobre a leitura e se tinham algum apontamento de oposição a ata, não tendo nenhuma manifestação em contrário a mesma foi aprovada por todos os conselheiros participantes da reunião com direito a voto. **Seguindo para o item 1.2** – Renovação de Registro – Entidade – Associação Socioeducacional Casa da Fonte. A Comissão de Registro, através dos conselheiros Marco Antônio e Paulo Fernando informaram que foi feita a análise da documentação e a devida visita na referida Entidade e está de acordo com os critérios estabelecidos pelo CMDCA. O registro foi aprovado. **Seguindo para o item 1.3** – Deliberação de aporte financeiro para projeto da UGE – Unidade de Gestão de Educação: A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva abre a fala mencionando a importância em desenvolver projetos que possam impactar as crianças e suas famílias na temática da prevenção da violência, mencionando o trabalho desenvolvido pela UGE e ressaltando a importância da continuidade desse projeto e do estímulo que o CMDCA deve angariar para promover projetos dessa natureza. Após considerações, a fala foi transmitida ao conselheiro Aduino, representante da UGE, explicando que o Projeto Eu Tenho Voz consiste na apresentação de um teatro com três cenas explícitas de violência, sendo uma de agressão, uma de abuso sexual contra menino e outra de abuso sexual contra a menina. O espetáculo é apresentado pelas crianças, e ao final uma Juíza que compõem o Instituto Paulista de Magistrados fica à disposição para ouvir as crianças que quiserem falar. Destaca que a escola é um lugar de escuta segura para as crianças, que podem procurar a equipe de professores, gestores e outros trabalhadores e/ou educadores no espaço escolar. Relatou que fizeram apresentação no ano de 2022 em seis escolas e algumas crianças relatam violência. A maior parte delas é violência física, mas também relatam casos de violência sexual, alguns que estavam acontecendo e que foram impedidos justamente pela capacidade que a UGE teve de trabalhar com a Rede. A Rede Inteira se organizou para fazer o atendimento acompanhamento das Crianças, então esses casos que recebemos foram encaminhados e tratados pela Rede. As apresentações feitas para as crianças já estão garantidas, contudo, a inovação são as apresentações para as famílias, que assistem

a peça de teatro e participam da conversa com a Juíza, que explica o objetivo da peça, um espetáculo muito forte. A primeira vez que assistimos, cria-se um impacto muito grande, onde os adultos choram e também fica impactado, e ao final do evento a juíza conversa com as famílias. Fala que iniciamos um processo contínuo de proteção das crianças. Então é uma forma de alertar as famílias que a gente também tá acompanhando e monitorando as ações da escola. As escolas escolhidas são frutos da pesquisa realizada pela Dra. Estela realizada no Hospital Universitário, de acordo com as regiões em que foram identificados o maior quantitativo de violência. O valor necessário para cinco apresentações é de R\$ 15.500,00, onde cada apresentação custa R\$ 3.100,00. Relata, ainda, que Jundiaí é uma cidade que abraçou o projeto de forma diferente em relação às outras cidades, inovou levando para às famílias, e o impacto é positivo, pois percebe-se que as escolas por onde o projeto passa reduzem o número de pedido de ajuda das crianças, além de que a escola fica mais preparada para lidar com os casos e entendendo melhor como funciona o apoio da Rede. Finaliza, solicitando o apoio do CMDCA para financiar as apresentações que serão feitas para as famílias, deixando o convite, caso o projeto venha ser aprovado, para que todos os conselheiros participem pelo menos uma das apresentações para que entenda a profundidade do trabalho. A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva colocou em votação, sendo o aporte aprovado pela plenária do CMDCA. **Segundo para o item 1.4** - Recomposição da mesa diretora do CMDCA. A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva relatou a solicitação de desligamento da primeira secretária do CMDCA, Sra. Adriana por questões de vínculo. Até então, a Mesa Diretora do CMDCA está sem primeiro secretário, o qual deve ser recomposto para a melhor fluidez dos trabalhos da Mesa Diretora. Neste sentido, abriu aos conselheiros a possibilidade de se candidatarem para assumir a posição de primeiro secretário, onde, a conselheira Sra. Maria Roseli Maestrello foi a única se colocar para tanto. Após nova solicitação, não havendo mais indicações, a Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva abriu para votação da plenária a candidatura da Sra. Maria Roseli para primeiro secretário, sendo aprovado pela plenária do CMDCA. **Fora de Pauta:** O conselheiro Paulo solicitou a inversão da ordem de alguns itens de pauta, visando melhor dinâmica para continuidade da reunião, sugerindo que seja pautado na sequência as informações sobre a eleição dos conselhos tutelares, após, a apresentação do Plano Municipal da Juventude, apresentação dos dados pelo Conselho Tutelar e o evento do dia 18 de Maio, inversão proposta aceita pela plenária do CMDCA. Antes da continuidade, o conselheiro Paulo mencionou que estava como coordenador da Comissão Especial Eleitoral dos Conselheiros Tutelares, e, durante o processo de inscrição, sua irmã se inscreveu para concorrer, onde, de imediato, após a inscrição, conforme disposto no Edital, se declarou impedido de continuar na Comissão Especial Eleitoral. A Comissão, por sua vez, se organizou e elegeu a conselheira Kelly como nova coordenadora da Comissão Especial Eleitoral. **Segundo para o item 2 – Eleições Conselheiros Tutelares 2023** – A conselheira Kelly mencionou que na quarta-feira daquela semana foi promovido um webinar pelo Ministério Público e pelo cartório eleitoral, com objetivo de discutir sobre o processo eleitoral no Município, como será a eleição, cessão de urnas e demais informações inerentes, mencionando que, durante o encontro, somente o Município de Jundiaí e outro ainda não faziam eleições abertas, e que os demais Município já tinham essa experiência, percebendo um parâmetro em relação ao processo. Mencionou ter solicitado reunião com a promotoria e cartório eleitoral para compreender os detalhes e

demandas oriundas do processo, se comprometendo a compartilhar com o CMDCA. Mencionou que o processo encerrou com 50 inscritos, informando que a Comissão Especial Eleitoral agendou para a próxima segunda-feira, às 13h30, a análise das inscrições, lembrando que os candidatos aprovados passarão por uma prova escrita e uma prova psicológica, conforme delineado no Edital. Antecipou que precisará do apoio dos conselheiros para atuação no dia do processo eleitoral, pedindo aos conselheiros que deixem suas agendas abertas para o primeiro dia de outubro, para que o CMDCA possa atuar nesse tão importante pleito que vai acontecer pela primeira vez em Jundiaí de formato aberto. **Seguindo para o item 3 - Apresentação do Plano Municipal da Juventude** – A conselheira Letícia, na condição de Assessora de Políticas para a Juventude, fez apresentação dos trabalhos que objetivam o desenvolvimento do Plano Municipal da Juventude, fazendo referências à importância do referido Plano ao Município de Jundiaí e a importância da temática para o CMDCA, haja vista que os adolescentes entre 15 e 17 anos, onze meses e vinte e nove dias são amparados pelo ECA e que terá destaque nas ações. Ao término da apresentação, solicitou o apoio das entidades registradas no CMDCA para o processo de escuta com os adolescentes e jovens atendidos por estas entidades e o preenchimento de pesquisa quantitativa através do link google forms <https://forms.gle/RYPcZnB1jkqvWK5B6>. Para tanto, disponibilizou o e-mail juventude@jundiai.sp.gov.br para tais agendamentos, se colocando à disposição para maiores esclarecimentos. **Seguindo para o item 4 - Apresentação Dados Conselhos Tutelares** – A Conselheira Tutelar Thalita apresentou os dados do ano de 2022 e o do primeiro trimestre do ano de 2023. Mencionou que, de Janeiro até dezembro o Conselho Tutelar fez 3.791 atendimentos no total. Os Três Conselhos, subdividindo-se, fez 1.587, 2.336 e 3868. Mencionou que o SIPIA permite extrair estatísticas com especificidades. Mencionando apresentação de fácil compreensão, foi dividindo por cinco grupos de direitos principais, foram comprovados 487 violações de direitos à convivência familiar e comunitária, 232 de liberdade respeito e dignidade. Dentro desse grupo de direito estão inseridas as violências sexuais, e, no total, foram 107 casos de violência sexual do ano passado de atendimento, 106 casos de educação cultura esporte e lazer, 80 de direito à vida, saúde e um de profissionalização e proteção ao trabalho. Para ficar um pouco mais visual, 53% desses direitos violados em 2022 foram à convivência familiar; que os conflitos são muito grandes e demandam boa parte do trabalho dos CT's; liberdade respeito e dignidade 25% com relação ao primeiro trimestre de 2023. Em continuidade, mencionou que foram 777 casos atendidos no primeiro trimestre desse ano, dos quais 307 do CT1, 306 do CT2 e 164 do CT3. A disparidade entre os atendimentos do CT3 com relação aos demais se dá antes do SIPIA, sendo estatísticas separadas das planilhas, dizendo, ainda que, apesar de ter três faixas territoriais bem grande, acredita que a densidade populacional é menor, mencionando necessidade de estudos para redistribuição territorial e indicando a necessidade de se criar um quarto Conselho Tutelar, conforme preconizado em Lei Municipal de recente promulgação atribuída ao CMDCA a solicitação, considerando necessidade de proposta orçamentária. Em continuidade à apresentação dos dados, disse que, com relação ao ano de 2023, dos atendimentos por direito violado, convivência familiar é sempre o maior, com 48% dos atendimentos convivência familiar, 27% liberdade de respeito e dignidade, desses, 27% foram 21 casos de violência sexual, 13% de educação cultura e lazer e 15% de vida e saúde. Finalizando, se colocou à disposição para demais informações específicas. A

conselheira Claudia, em contraponto à indicação da criação de novo Conselho Tutelar, retornou a argumentação para anterior estruturação da Rede de Atenção como subsidiária e suporte efetivo. Disse ainda, que um Conselheiro Tutelar se nega a usar o SIPIA, e, que a terceirização dos serviços administrativos e limpeza geraram dificuldades para condução das atividades dos Conselhos Tutelares. A Conselheira Tutelar Thalita disse que concorda em partes com que a Conselheira Tutelar Cláudia mencionou, porque, analisando os dados de 2022, o CT3 tem metade dos atendimentos, mesmo que aumente 20%, e considerando o Conselheiro Tutelar que não utiliza o SIPIA, daria 20% a mais, não chegaria ao número de atendimentos do CT 1 e CT2. Por esse motivo, reforça a Conselheira Tutelar, acredita ser o momento para repensar a redistribuição e a indicação por parte do CMDCA para criação de um quarto Conselho Tutelar, considerando que a discussão de adequação da Rede é mais ampla e pode ser realizada concomitante à solicitação. Disse, ainda, que concorda com a conselheira Cláudia quanto as perdas operacionais e funcionais que os Conselhos Tutelares tiveram com a terceirização, relatando, ainda, perda de comunicações (e-mails) e profissional de limpeza em tempo integral, que são críticos para os andamentos das atividades dos Conselhos Tutelares, mencionando o estresse que a situação causou e a necessidade de transmitir ao CMDCA tais dificuldades. A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva disse que encaminhará para discussão da Mesa Diretora a questão da redistribuição territorial, rede socioassistencial, solicitação do quarto Conselho Tutelar pelo CMDCA e dos impactos gerados pela alteração do suporte administrativo e limpeza nos Conselhos Tutelares, para providências e encaminhamentos devidos. **Seguindo para o item 5 - Abertura de ações para as OSC's – Tema: Combate à violência (ações no território)** - A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva antecipou assunto que será pautado na próxima reunião ordinária referente a abertura de novo financiamento de ações por parte do CMDCA para projetos com temática preventiva à violência contra criança e adolescente pelas entidades registradas no CMDCA. Disse, ainda, que a secretaria do CMDCA encaminhará o arquivo para apresentação dos projetos e sugeriu às entidades que se organizem para apresentação das ações, pela relevância e importância da temática. Pediu, ainda, que as propostas tenham foco nos territórios, de maneira descentralizada, e que atinjam as crianças, adolescentes e suas famílias. **Seguindo para o item 6 - Evento “18 de Maio”** – O conselheiro Paulo mencionou que, por conta de todas as atribuições e urgências que o CMDCA absorveu neste primeiro trimestre, o CMDCA não estruturou ação articulada alusiva ao 18 de maio. Mencionou que é uma data que não pode passar em branco até mesmo por conta da relevância da data e temática. Neste sentido, mencionou convite recebido da OAB através da conselheira Letícia referente ação alusiva, na qual a Dra. Ana Beatriz e demais convidados irão participar no dia 18 de maio às 19 horas. Ao término, o conselheiro Paulo fez referência a ação do CMDCA em proporcionar frente de financiamento alusivo às comemorações do 18 de maio, agindo, assim, efetivamente na sociedade para prevenção da violência contra criança e adolescente, e, que tal ação é, por relevância, de importante envergadura para as comemorações do dia 18 de maio. **Seguindo para o item 7 – Informes Gerais** – A Conselheira Tutelar Juliana convidou os conselheiros para reunião da Rebeca junto com o Grupo Semente no dia 26 de maio às 14 horas. A conselheira Kelly disse que no dia 26 de Maio, sexta-feira, 9 horas da manhã a comissão da diversidade sexual e gênero junto com outras comissões da Comissão da família, comissão, cultural, comissão de eventos todas

da OAB, fará um evento lá na OAB denominado Café da Família, convidando todos os conselheiros que tiverem interesse em participar. A Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva convidou o CMDCA para a Festa Junina do dia 17 de junho na Casa de Nazaré, convidando, também, para as comemorações de 21 anos de funcionamento da Casa de Nazaré, a ocorrer no dia 13 de maio de 2023. **Nada havendo mais a tratar**, desejando um feliz e abençoado Dia das Mães, a Presidente do CMDCA Maria Aparecida da Silva encerra a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos. Eu, Sonia Maria Ferraz, Assistente Social e “secretária ad hoc” _____ lavrei a presente ata que, depois de aprovada pela Plenária, segue para assinatura da Presidente do CMDCA.

Maria Aparecida da Silva
Presidente do CMDCA de Jundiaí
Gestão 2022-2024

Conselheiros Presentes

Adauto Douglas Parre
Ana Paula Marin de Castro
Andreza de Souza Tigre
Kelly Cristina Galbieri
Larissa Fernandes de Souza
Letícia Atique Branco
Maria Roseli Maestrello
Paulo Fernando de Almeida
Rosana Rossi
Roseli Aparecida Marino
Thaíza Salviano C. Pinheiro S. de Souza